



PARTE C

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Aviso (extrato) n.º 8408/2018

1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se pública a lista unitária de ordenação final, depois de homologada por meu despacho de 6 de junho de 2018, do procedimento concursal aberto através do Aviso n.º 15144/2017, publicado no DR n.º 241, 2.ª série, de 18 de dezembro de 2017 — preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior para o desempenho de funções na Unidade Ministerial de Compras e da promoção das obras públicas da Direção de Serviços de Administração Patrimonial.

Candidatos aprovados:

Ana Catarina Nunes Afonso — 18 valores;
Helena Leite Guimarães — 13 valores;

Candidatos não aprovados:

Ivana Neves Ferrão Cruz Blovsky — a);
Paulo Alexandre Leal Gordinho — a);
Tânia Sofia Teixeira Fernandes — b);
Ana Rosa Ramalho Mendes — c);
Maria Cristina Marques Pereira Carreiras — c)

Fundamentos de exclusão.

a) Excluído, nos termos do n.º 13 do artigo 18.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, por ter obtido classificação inferior a 9,5 valores no método de seleção, Entrevista Profissional de Seleção;

b) Excluído por não ter comparecido à realização do método de seleção, Entrevista Profissional de Seleção;

c) Excluído por não ter comparecido à realização do método de seleção, Prova de Conhecimentos;

2 — Nos termos e para os efeitos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 36.º, conjugado com o disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, notificam-se os candidatos, incluindo os que tenham sido excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção, que a lista unitária de ordenação final devidamente homologada se encontra afixada no “local de estilo” deste Ministério, no Palácio das Necessidades, Largo do Rilvas, em Lisboa, encontrando-se igualmente disponível na respetiva página eletrónica em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/area-de-governo/negocios-estrangeiros/informacao-adicional/avisos-sobre-procedimentos-concursais.aspx>

3 — De acordo com o n.º 3 do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, do despacho de homologação da lista de ordenação final pode ser interposto recurso hierárquico ou tutelar.

08.06.2018. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Pedro Sousa Abreu*.

311416078

FINANÇAS

Gabinete da Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público

Despacho n.º 6057/2018

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, foi concedida a Maria da Conceição Coelho licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, a qual requereu a respetiva renovação, nos termos previstos no citado diploma.

Assim, nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, em conjugação com a alínea j) do n.º 3 do Despacho n.º 8138/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série,

n.º 181, de 19 de setembro, determino que seja renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, concedida a Maria da Conceição Coelho, pelo período de dois anos, com efeitos a partir de 1 de agosto de 2018.

5 de junho de 2018. — A Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, *Maria de Fátima de Jesus Fonseca*.

311415584

Despacho n.º 6058/2018

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, foi concedida a Isabel Maria Martins Neto licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, a qual requereu a respetiva renovação, nos termos previstos no citado diploma.

Assim, nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, em conjugação com a alínea j) do n.º 3 do Despacho n.º 8138/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 19 de setembro, determino que seja renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, concedida a Isabel Maria Martins Neto, pelo período de dois anos, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2018.

5 de junho de 2018. — A Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, *Maria de Fátima de Jesus Fonseca*.

311415479

Secretaria-Geral

Aviso n.º 8409/2018

Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, conjugado com o disposto nos n.ºs 4 a 6 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que a trabalhadora Cecília Pedro Gomes concluiu com sucesso o período experimental, na carreira e categoria de técnico superior, realizado na sequência da aprovação no procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 15388/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 246, de 19 de dezembro de 2013, tendo-lhe sido atribuída a avaliação final de 15,5 valores, a qual foi homologada pelo despacho do Secretário-Geral do Ministério das Finanças, de 1 de junho de 2016.

5 de junho de 2018. — O Secretário-Geral-Adjunto do Ministério das Finanças, *Adérito Duarte Simões Tostão*.

311413826

Autoridade Tributária e Aduaneira

Aviso n.º 8410/2018

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 335/97, de 2 de dezembro, na redação que lhe foi dada pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 113/2017, de 7 de setembro, o Conselho de Administração da Autoridade Tributária e Aduaneira por deliberação tomada na reunião ordinária de 30 de maio de 2018, face à aposentação do vogal Rufino Valente Martins da Silva, indicou para integrar a composição do Conselho de Administração do Fundo de Estabilização Tributário, a trabalhadora, Carla Susana Gomes Amaral Ramos Bernardino, Inspectora Tributária Nível 2, tendo deliberado ratificar os atos em que, nessa qualidade, tenha intervindo.

8 de junho de 2018. — A Diretora-Geral, *Helena Maria José Alves Borges*.

311414158

Direção-Geral do Orçamento

Despacho n.º 6059/2018

Através da Portaria n.º 432-C/2012, de 31 de dezembro, foi aprovada a estrutura nuclear da Direção-Geral do Orçamento (DGO) e as competências das respetivas unidades orgânicas, bem como fixado o limite máximo de unidades orgânicas flexíveis.